

# Caminhos da exclusão: análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis

*Gustavo Martins Piccolo\**

**Resumo:** O presente texto objetiva compreender a estrutura componente das manifestações preconceituosas expressas por crianças de 5 e 6 anos na prática de jogos e brincadeiras. Este estudo, realizado em uma pré-escola, orientou-se pela perspectiva Histórico-Cultural de Vigotsky, cujos resultados, impressos fundamentalmente nas categorias gênero e raça, possibilitaram-nos a derivação da constituição cíclica do preconceito em três etapas, quais sejam: a) rotulação pejorativa da diferença; b) discriminação da diferença e c) cristalização do preconceito. Finaliza destacando a premência da atividade mediadora docente como elemento basilar na transformação do preconceito e na possível materialização de relações sociais dialógicas e cooperativas.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Preconceito. Jogos e brincadeiras.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto compreende a síntese e o enriquecimento da dissertação de mestrado intitulada: “Educação infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos”, defendida em agosto de 2008 na Universidade Federal de São Carlos. Nele, expressamos alguns dos principais apontamentos discutidos ao longo da referida dissertação, enfatizando o caráter histórico e cíclico componente do preconceito como fenômeno sociocultural.

A explicação analítica do caráter circular e dialético do preconceito se corporificou mediante o estudo sobre o desenvolvimento das manifestações preconceituosas em pré-escolares de 5 e 6 anos durante a prática de sua atividade principal, os jogos e brincadeiras, investigada a partir de pressupostos materialista-históricos, principalmente aqueles inspirados pela psicologia Histórico-Cultural, cujos grandes expoentes

---

\* Mestre em Educação pela UFSCar, Doutorando em Educação Especial pela UFSCar e Professor efetivo de Educação Física da rede estadual de São Paulo. Araraquara, SP, Brasil. E-mail: gupiccolo@yahoo.com.br

são Vigotsky, Leontiev e Luria. A escolha pela população se deveu ao fato de nela os preconceitos porventura expressos se apresentarem no início de seu percurso constitutivo, sendo que aí as possibilidades de transformação gnosiológica e atitudinal se mostram candentes às mediações pedagógicas críticas, principalmente quando efetuadas através de sua atividade principal, forma basilar pela qual nos relacionamos e nos inserimos na sociedade.

A pedra angular do referencial filosófico que nos orienta situa-se na consideração do ser humano como um complexo de relações sociais edificadas coletiva e historicamente. Produto e produtor de seu contexto social, o homem tem no trabalho sua principal atividade genérica, cuja materialização propiciou o domínio da natureza externa, a aparição da linguagem, da sociedade, da cultura e do próprio homem visto como gênero e não somente espécie. Desde este momento, de acordo com Leontiev, uma nova linha de desenvolvimento se faz presente, pois, ao passo que

“no mundo animal, as leis gerais que governam as leis do desenvolvimento psíquico são as da evolução biológica, quando se chega ao homem, o psiquismo submete-se às leis do desenvolvimento sócio-histórico.” (LEONTIEV, 1978, P.68).

Coerente a esse pressuposto, Davidov (2002) destaca que dentre as múltiplas derivações arquitetadas sobre o que significa ser homem, a que mais lhe agrada é a que o define como um animal histórico. Histórico desde seu nascimento até a sua morte, pois a humanidade não se constitui como uma categoria *sui generis*, não é herdada por qualquer processo biológico mas constituída em uma complexa construção de interrelações entre sujeito e meio ambiente. Por todas essas características, para o homem não basta simplesmente se reproduzir como espécie, uma vez que precisa se apropriar das conquistas alcançadas por todas as gerações anteriores para se inserir ativamente no cenário da história, o que denota a premência em se apropriar das significações derivadas de seu sistema de representação simbólico.

Este sistema de significados se encontra em constante estado de transformação e retrata a maneira pela qual, historicamente, os seres humanos edificam suas relações em sociedade mediante conceituações

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

generalistas que orientam o curso da apropriação/objetivação gnosiológica e das mais diversas relações sociais concretizadas pelos seres humanos nas esferas cotidianas e não cotidianas. Todavia, algumas dessas generalizações, quando edificadas em estruturas opressivas e discriminatórias, podem ter por função não a explanação das principais características do fenômeno que representam mas o obscurecimento desse fenômeno.

É neste universo ideológico que se insere o complexo de significações que embasam e justificam a realização de práticas preconceituosas nas sociedades contemporâneas, complexo este arquitetado mediante um conjunto de dogmas que rotulam pejorativamente tudo aquilo que difere de um determinado modelo social hegemônico. Logo, qualquer fenômeno especificamente humano, tal como o preconceito, também é histórico, sendo que sua compreensão passa pela análise das problemáticas e tensões que suscitaram e ainda promovem seu aparecimento, desenvolvimento e possível findar em determinado contexto sociocultural. Por conseguinte, apenas na apreensão dialética desta tríade constitutiva podemos efetivamente adentrar na essência de dado fenômeno, compreendendo-o como parte de um conjunto de relações sociais que refletem nossa própria totalidade histórica e não como epifenômeno deslocado do contexto no qual se produz.

## 2 O CONCEITO DE PRECONCEITO

O preconceito é um fenômeno tão difundido quanto mal interpretado. Apesar de vários autores (HELLER, 1970; JONES, 1973; FERNANDES, 1976; FERREIRA, 1986) o representarem em parte ou na totalidade de suas obras, sua compreensão está longe de se tornar, epistemologicamente falando, ponto comum. Muito se fala sobre o fenômeno em si, contudo, as relações que o medram e sustentam continuam, por diversas vezes, encobertas em definições vagas e carentes de sentido.

Este ambiente de indefinições teóricas engendra mazelas à própria concepção e superação do preconceito, sendo que sua reestruturação analítica necessariamente deve ir à busca de seu processo formativo, separando-o, por conseguinte, de definições que o interpretem como sinônimo de conceitos formados antecipadamente. Começemos deste ponto.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

O dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986, p.1380) define o preconceito como “um conceito de opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia pré-concebida. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que o conteste”. A visão do autor conceitua, em nossa opinião, o que seria o pré-conceito e não o preconceito pois o conceito de preconceito, além dos elementos descritos acima, recebe outros contornos que o demarcam como um fenômeno humano discriminatório e alienante. Um desses contornos situa-se no fato de o preconceito comportar uma estrutura simbólica e material que qualifica pejorativamente tudo o que difere de determinado modelo social tido como hegemônico, mediante a arquitetura de um conjunto de estereótipos que são incorporados nos mais diversos processos comunicativos desencadeados cotidianamente.

Na prática preconceituosa, tais estereótipos são mantidos não apenas quando deixamos de levar em consideração os fatos que o contestam mas inclusive quando temos conhecimento desses fatos. Por isso, mais do que uma fase de pré-conhecimento ou de uma opinião formada antecipadamente, o preconceito, ao menos em sua vertente acabada, representa uma cristalização inverídica de determinado conhecimento e sua adequação a interesses ideológicos de grupos dominantes.

Em circunstâncias especiais, como nas discriminações efetuadas sem que tenhamos a real compreensão dos motivos que engendram nossas atitudes, o preconceito em muito se assemelha ao pré-conceito mas apenas no sentido de que a generalização de determinado fenômeno social carece em níveis mais elevados de abstração pois, no preconceito, essas generalizações se direcionam não para a apropriação da realidade circundante (como no pré-conceito) mas visando à discriminação e à exclusão da diferença, ou seja, as generalizações preconceituosas propagam-se e fixam-se de maneira indevida e equivocada do ponto de vista da lógica dialética.

Assim, destacamos que a suposta similaridade existente entre o pré-conceito e o preconceito edifica-se superficialmente, ancorando-se, ainda que de maneira falaciosa, em determinado estágio do pensamento preconceituoso (sua fase embrionária) como se este fosse o único presente, desconsiderando suas múltiplas gradações, as quais

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

podem se manifestar desde sua vertente embrionária (fase característica das atitudes discriminatórias inconscientes, presentes já na pré-escola e que, por sua aparência externa, assemelha-se aos pré-conceitos) até as formas cristalizadas e dogmáticas (etapa em que as atitudes discriminatórias se mostram resistentes a transformações), sendo que em muito diferem as estruturas psicológicas destas gradações e de uma etapa para outra.

Destarte, apesar de o preconceito afetar todos os grupos sociais, uma vez que limita e estreita os horizontes de ações e possibilidades de desenvolvimento das funções psíquicas superiores do homem, é sobre os grupos discriminados que ele incide seu maior peso opressivo e exploratório, posto transformar suas diferenças em desigualdades e em exclusão social. Em virtude destes elementos, a contestação do preconceito desde a mais tenra idade se mostra como um elemento fundamental na transformação das relações sociocomunicativas estabelecidas pelos seres humanos, sendo que sua materialização transpõe barreiras antes impostas quanto ao estabelecimento de comunicações democráticas e fraternas.

No entanto, essa transformação não pode ser alcançada na fase pré-escolar sem o estabelecimento de um nexos mediativo crítico realizado por algum interposto que eleve o pensamento das crianças para outro patamar qualitativo, transcendendo sua significação cristalizada em direção a sentidos humano-genéricos. Em relação à pré-escola, a contestação do preconceito necessita da valorização da diferença como componente basilar do ser humano e da construção de objetivos mais cooperativos e fraternos para a consecução das atividades pedagógicas propostas, sendo que neste ponto o universo lúdico está carregado de potencialidades transformativas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral deste artigo consiste em compreender a estrutura cíclica componente das manifestações preconceituosas expressas por crianças pré-escolares de 5 e 6 anos, na prática de sua atividade principal. Para isso, valemo-nos de uma tríade de objetivos auxiliares ou específicos: 1) observar e analisar como as crianças se interrelacionam

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

durante a execução dos jogos e brincadeiras; 2) investigar como tais atividades influenciam na apropriação e/ou contestação de preconceitos; 3) explicitar como as mediações estabelecidas pelas professoras exercem interferência no tipo de relação social assumida entre coetâneos.

O palco desta pesquisa foi uma pré-escola situada em uma cidade no interior do Estado de São Paulo, localizada proximamente à região de Araraquara, contando com a participação de 354 crianças entre 5 e 6 anos. Como instrumento metodológico para a obtenção dos dados utilizamos observações, filmagens e conversas entre as crianças (anotadas em um diário de campo) no período em que brincavam livremente pelo parque da unidade pré-escolar e também naqueles em que havia intervenção docente.

Os procedimentos analíticos foram desenvolvidos em coerência com os princípios estabelecidos pelo método histórico-genético de Vigotsky (2004), embora de forma indireta, pois nossa atuação não criou novos contextos pedagógicos mediativos. Durante esse processo, os dados coletados foram divididos em pequenos excertos (os quais retratam o contexto e a maneira em que se desenvolviam as atividades lúdicas, contendo a descrição do jogo ou brincadeira, e, por vezes, também a fala das crianças e das professoras) e analisados individualmente mediante duas categorias, quais sejam: preconceito de gênero e preconceito de raça. Assim, procuramos entender como as categorias gênero e raça estão presentes na produção do preconceito em pré-escolares, buscando em cada uma delas as contradições componentes da totalidade histórica que poderiam nos levar dialeticamente à superação e à transformação do preconceito.

#### **4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO**

Por se tratar de um recorte de nossa dissertação de mestrado, julgamos necessário apresentar neste breve texto parte da estrutura em que foi arquitetada a pesquisa acadêmica e mediante a qual construímos hipoteticamente uma arquitetura cíclica componente das manifestações preconceituosas. Para tanto, selecionamos dois excertos considerados significativos em nossa coleta de dados sobre o enten-

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

dimento das categorias raça e gênero por materializarem diferentes etapas do ciclo do preconceito, expresso mais detidamente nestas referidas análises.

**Excerto Raça:** Um grupo de 6 meninas de 5 anos dramatizava uma brincadeira de casinha pelo parque, sendo que durante aproximadamente 20 minutos não se observou qualquer desentendimento entre elas. Entretanto, quando as meninas resolveram trocar as funções sociais ocupadas por cada uma na dramatização (cozinheira, patroa, filha, médica, dentista e cabeleireira), a antiga calma deu lugar a conflitos e discussões, desembocando em um comentário preconceituoso de Júlia (branca) para com Jennifer (negra) pois Júlia achava que não havia qualquer fundamento em Jennifer querer ser médica ou cabeleireira (funções pretendidas por esta), na medida em que “não haviam médicas negras, além disso, como ela poderia ser cabeleireira com um cabelo tão feio” (palavras de Júlia). Jennifer, claramente chateada, saiu da brincadeira e foi sentar em um banco solitariamente, recusando-se a desempenhar outras funções sociais pois nunca participava da brincadeira como queria. Quando Jade contestou a atitude mesquinha de Júlia, esta disse “mas eu não falei nada de mais, todo mundo sabe que é assim, eu não queria que ela chorasse”.

A existência da discriminação racial nas relações entre negros e brancos não é novidade no contexto social brasileiro, uma vez que nossa sociedade continua a se hierarquizar, dentre outros motivos, pela tonalidade da pele. A história se alterou, a escravidão ruiu sobre suas principais bases, porém, o negro ainda continua a ser considerado alvo de discriminações e práticas preconceituosas que estigmatizam suas características fenotípicas como cor da pele e textura do cabelo, tal qual foi observado nessa atividade desenvolvida por crianças pré-escolares.

Assim, a abolição da escravatura, de acordo com Fernandes (1976), não resultou em melhorias concretas na condição de vida dos negros, os quais continuaram discriminados, ocupando as posições sociais de menor destaque, menor rentabilidade econômica e habitando as casas mais afastadas do centro das cidades. Esse processo de discriminação

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

histórica conjuntamente à desvalorização das características presentes nos negros se encontra presente na fala de Júlia contra Jennifer (ambas com 5 anos), a qual destaca claramente que uma negra não pode assumir a posição social de médica em uma dramatização, posto não haver médicas negras.

A presença de manifestações preconceituosas nas relações entre negros e brancos pré-escolares demonstram o quanto estas atitudes estão enraizadas nas mais diversas práticas sociais, revelando-se inclusive naquelas atividades consideradas lúdicas por excelência, posto seus resultados não interferirem decisivamente na vida concreta dos indivíduos, assim como nas dramatizações infantis. O comportamento de Júlia nos mostra como algumas atitudes supostamente naturais contêm explicitamente fundamentos historicamente construídos sob pressupostos discriminatórios e excludentes.

Este conjunto de opressões materializadas na sociedade contra os negros são transpostos para as atividades lúdicas, na maioria das vezes, sem qualquer reflexão posterior. Aqui, caracteriza-se ciclo do preconceito peculiar da fase pré-escolar, o qual apresenta uma rotulação pejorativa da diferença e sua posterior transformação em desigualdade (1ª e 2ª fases), contudo, ainda não notamos a manutenção destas atitudes quando suas justificativas são destruídas desde seu alicerce, ou seja, a formação de dogmas (3ª fase e encerramento do ciclo). Por isso, Júlia apenas reproduz uma situação social, imita-a, efetivamente não queria que Jennifer chorasse mas foram precisamente suas palavras que levaram a colega às lágrimas.

A análise do excerto anterior nos abre os olhos para o tratamento da problemática do racismo desde a idade pré-escolar. Não é novidade o fato de as crianças construírem seus conceitos a partir da apropriação das relações sociais desempenhadas pelos adultos, no caso de ambientes essencialmente segregadores e classistas, essas relações se revestem de prismas discriminatórios, hierárquicos e excludentes, os quais marginalizam a posição social do negro no mercado de trabalho. Entretanto, na dramatização entre pré-escolares, a discriminação racial surgiu sobre outro tipo de configuração espacial, uma vez que se dava em uma relação entre coetâneos ocupando a mesma posição social e cujos atos não interferem na vida concreta dos indivíduos.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

Assim, mesmo em um diálogo supostamente horizontal, o preconceito se estabeleceu na comunicação entre negros e brancos, o que nos chama atenção ao fato de sua manifestação estar enraizada nos mais diversos recônditos sociais e não poder ser associada apenas a aspectos econômicos e classistas mas, sim, a traços da raça, à cor da pele, ao tipo de cabelo, à compleição física, coerentemente, a materialização destas discriminações não está mais relacionada somente a um passado escravocrata mas a novas formas de domínio, gravadas efetivamente no corpo dos negros.

Os argumentos preconceituosos se inserem fenotipicamente nas pessoas e, por isso, o corpo, sede de múltiplos significados, também é sede de inúmeras marcas e preconceitos. É no corpo que se encontram as classificações mais visíveis dos sujeitos (cor da pele, altura, tipo de cabelo, peso, forma do nariz e dos lábios, qualidade das roupas, tatuagens, músculos, odores) e sobre elas repousam muitos dos significados naturalizantes de posturas preconceituosas e discriminatórias, logo, a importância em práticas mediativas que valorizem os mais diversos padrões corporais, intuindo que todas as crianças possam efetivamente estender seus vínculos e relações sociais, cuja materialidade pode ser constituída em práticas lúdicas já na pré-escola, desde que corretamente mediadas.

Destarte, a discriminação racial não é uma problemática que afeta apenas as pessoas negras mas sim toda a humanidade, uma vez que nos construímos, de acordo com Vygotsky (2004), mediante as relações sociais desempenhadas na comunicação com outras pessoas e quando as possibilidades de contato entre diferentes culturas são tolhidas, como consequência, o desenvolvimento humano não alcança toda a sua plenitude qualitativa. Por isso, o combate ao preconceito modifica nosso entendimento sobre as diferenças, não mais vistas como desigualdades (elemento fundante do ciclo do preconceito), posto representarem a riqueza do gênero humano.

**Excerto Gênero:** Em determinada aula, um grupo de meninos de 6 anos resolveu organizar uma partida de futebol. No entanto, perceberam que após a divisão dos times havia uma equipe com um jogador a menos, fato que os levou a perguntar para o restante da turma

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

se alguém queria jogar com eles. Logo após a pergunta, Samanta rapidamente levantou o braço e se mostrou disposta a aceitar o convite, pois disse que sabia jogar futebol. A aceitação deste convite foi logo refutada pelos meninos, os quais diziam que “mulher não sabia jogar bola” (fala de Hugo), por isso, era impossível Samanta jogar com eles. Pedro achava que todas as meninas eram muito ruins e atrapalhariam o jogo. Essa opinião foi compartilhada por Hugo, Jorge, Renato e José. A não aceitação de Samanta ainda foi complementada pela sua rotulação pejorativa, já que ela era constantemente chamada pelos meninos de moleca devido ao fato de gostar de jogar futebol. Após a recusa veemente dos meninos quanto à inserção de Samanta no jogo de futebol, ela pegou uma bola e ficou brincando sozinha em uma parede até que a professora interveio na situação persuadindo os meninos a deixarem Samanta jogar com eles (nessa intervenção, a professora, sem especificar o motivo da paralisação da aula, reuniu todos os alunos e estabeleceu que qualquer criança participaria da atividade que bem entendesse e “o primeiro que não deixar algum coleguinha participar de seu jogo também não irá jogar, chega de briguinhas, todo mundo está aqui para se divertir” (palavras da professora). O curioso disso tudo é que logo após o início do jogo, Samanta se mostrou a melhor jogadora da partida, marcando vários gols, dando bons passes e dribles. Enfim, a menina anteriormente chamada de perna de pau se transformou na “Ronaldinha” pela designação dos próprios colegas. Porém, o mais interessante, ao menos para quem busca compreender o preconceito, ocorreu posteriormente ao jogo, pois Hugo e Jorge, ambos representantes do time derrotado, sem perceberem a presença do pesquisador, comentavam sobre a importância de não deixar mais Samanta jogar, já que todos sabiam que ela era a melhor da classe e os envergonharia durante a partida, “o que não pega bem para nós, onde já se viu, perder para menina, vai ...” (palavras transcritas de Hugo), sendo imediatamente repreendido por Jorge, que ressalta “você quer por a culpa em mim, o problema está com a Samanta, se toca, todas as outras meninas devem ser molengas”.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

Este excerto nos retrata que em determinadas atividades lúdicas escolares, como é o caso deste jogo de futebol, ao invés de haver uma maximização nos interrelacionamentos entre meninos e meninas, ocorre a presença marcante de uma segregação pautada na categoria gênero, superando, por conseguinte, uma possível predileção do ser humano a se relacionar mais livremente com pessoas do mesmo sexo devido ao enfrentamento de questões similares na vida cotidiana para se inserir em um campo de conflito entre grupos opostos.

Desde a mais tenra idade, os meninos e meninas vão sendo diferenciados paulatinamente de diversas maneiras: roupas, formas de comportamento, cores prediletas etc. Quando nos referimos ao universo lúdico estes arquétipos sociais também se fazem presentes, sendo que, em geral, as mulheres são educadas a evitar as atividades que envolvam contatos físicos. Sobre essa perspectiva, construíram-se os ideais de feminilidade, os quais se pautam na suposta fragilidade física e na graciosidade das formas femininas, em contraposição à virilidade masculina (LOURO, 1997). Assim, tanto os corpos masculinos e femininos como as formas de inserção dos homens e mulheres na sociedade são produtos de uma construção histórico-cultural cuja gênese recebe traços marcantes da variável gênero.

Isto posto, entendemos o conceito de gênero como uma construção social cujo direcionamento busca o estudo das desigualdades apresentadas por homens e mulheres em seu processo de inserção no cenário da história, contudo, ao invés de explicar estas desigualdades por intermédio de uma variante biológica e naturalista, a categoria gênero, apesar de não desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, considera que, com base nestas, outras são edificadas pelo conjunto de valores estabelecido como dominante, as quais interferem radicalmente na inserção social e nas possibilidades educacionais oferecidas aos homens e mulheres na esfera cotidiana, ou seja, transformam as diferenças de sexo em desigualdades sociais e culturais (LOURO, 1997).

Dessa forma, a construção do imaginário sobre o corpo e a movimentação infantil também se constituem como um processo educacional que sem a presença de uma intervenção mediadora, contestadora e emancipatória tende a confirmar as posições estabelecidas para os

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

homens e as mulheres na sociedade como algo natural e irreversível. Nesse espaço carregado de estereótipos e rotulações pejorativas, o preconceito encontra terreno fértil para se desenvolver. Seu surgimento, desenvolvimento e incorporação passam por três estágios diferentes.

O início de toda e qualquer manifestação preconceituosa pressupõe a desvalorização das diferenças apresentadas por cada grupo/sujeito em particular em relação ao conjunto de elementos estabelecidos como dominantes pela sociedade (1ª fase cíclica). Essa definição pejorativa inicial, portanto, pode abranger elementos dos mais diversos gêneros, raças, classes, religiões, padrões corporais etc. A desvalorização das diferenças começa a efetivamente se materializar naquilo que podemos categorizar como preconceito (ou fase embrionária do preconceito), quando essas diferenças se transformam em desigualdades (2ª fase) e passam a ser encaradas como motivos justificadores da não inserção das pessoas que as apresentem em determinada atividade, como foi observado com Samanta. Por fim, a incorporação do preconceito nas relações sociais concretiza-se quando, além da classificação pejorativa da diferença e de sua transformação em desigualdade, a desconstrução empírica e fidedigna dos estereótipos e justificações que sustentam as manifestações preconceituosas não é suficiente para a transformação dessas relações, ou seja, quando a rotulação das diferenças se torna um pensamento dogmático e cristalizado (3ª fase do ciclo do preconceito).

Assim, o ciclo pelo qual se compõem as manifestações preconceituosas é constituído por três fases interrelacionadas, sendo que na pré-escola, com raras exceções, apenas as duas primeiras efetivamente se concretizam nas atividades lúdicas (embora este excerto compreenda a totalidade deste ciclo), fato que demonstra quão importante são as mediações educacionais para impedir que o ciclo do preconceito realize todo o seu percurso opressivo e discriminador, o qual depois de fechado tende a resistir a empreitadas mediativas críticas que poderiam dismantelar sua estrutura.

A forma de impedirmos a materialização deste ciclo na escola passa inevitavelmente pela valorização das diferenças mas também pelo fato de nenhum aluno ou aluna ser excluído de qualquer prática social, seja ela lúdica, artística etc. e, sobretudo, pela historicização

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

crítica, junto às crianças, dos mais diversos fenômenos e constructos sociais, cuja finalidade reside em esfacelar as possíveis cristalizações do pensamento humano, que não deve se embasar em dogmas mas em conceitos que estão em contínuo processo de transformação.

A fala de Hugo contém os elementos principais do que consideramos uma atitude efetivamente preconceituosa, pois não se refere a uma simples generalização mas a uma generalização indevidoinverídica que não se comprova empiricamente e mesmo assim se mantém intacta. Hugo sabia que Samanta jogava muito bem e, contraditoriamente, chamava-a, mesmo assim, de perna de pau. Dizia que ela estragaria o jogo pois meninas não poderiam jogar com os meninos. Ou seja, mesmo sabendo de todo o potencial de Samanta, Hugo fez de tudo para que ela não jogasse. Essa atitude, aceita quase sem exceção (apenas Átila era contra essa proibição em um grupo de 10 meninos), foi refutada somente pela intervenção da professora que praticamente obrigou a aceitação de Samanta na atividade.

Assim, a intervenção da professora possibilitou, mesmo que de forma superficial, a mudança de opinião da maioria dos meninos sobre o desempenho de Samanta no jogo. Porém, Jorge ainda continuava achando que meninas não sabiam jogar futebol pois “o problema estava com Samanta, e não com as outras”, por conseguinte, nota-se claramente o caráter generalista de suas considerações, não sustentáveis sob qualquer perspectiva heurística, coadunando com a naturalização e individualização de um fenômeno essencialmente histórico e coletivo.

Portanto, são errôneas e equivocadas as noções de que todos são preconceituosos, ou da suposta universalidade atemporal e não-histórica existente nessas relações, pois sua materialização não é partilhada pelos indivíduos da mesma forma, uma vez que o preconceito se constitui como uma relação social assimétrica entre distintos sujeitos. Cotidianamente, a sociedade não encara da mesma maneira o fato de um menino e uma menina serem inábeis na prática do futebol. No primeiro caso, temos a exceção; no segundo, a regra. Coerentemente, para Jorge, o problema realmente estava com Samanta.

A constatação de crianças pré-escolares desempenhando atitudes tipicamente preconceituosas não significa que sua presença seja

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

encontrada desde o nascimento. Devemos recusar quaisquer pressupostos naturalistas na interpretação da gênese e desenvolvimento do preconceito pois seu conteúdo é essencialmente histórico e social. Nenhuma criança nasce preconceituosa, mas desenvolve-se como preconceituosa, a partir da apropriação das relações sociais excludentes e opressivas que vivencia. Por todas essas características, a historicização das desigualdades se edifica como um interessante espaço pedagógico para o questionamento das manifestações preconceituosas. Essa é uma das primordiais tarefas a ser realizada nas pré-escolas, a citar, trazer a ciência para o campo escolar, a qual pode se manifestar nas mais diversas atividades docentes, buscando desconstruir dogmas infundados e transformar relações verticalizadas e assimétricas em efetivos diálogos, que por sua raiz epistemológica, necessariamente são horizontais e solidários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este breve texto possa gerar angústias que suscitem reflexões sobre o fenômeno do preconceito em si e para si, colocando em relevo a premência em historicizarmos sua gênese e finalidade teleológica, as quais se encontram em oposição diametral às proposições de uma sociedade e escola efetivamente democráticas.

Portanto, investigamos o preconceito devido acreditarmos em suas possibilidades de superação por incorporação dialética das contradições históricas, destacando a importância basilar assumida pela escola e a intervenção docente quanto à crítica e à transformação deste fenômeno social e coletivo. Todavia, isso não significa transportar mais uma problemática coletiva e social apenas aos ombros docentes mas sim valorizar sua função laboriosa que é a da mediação e não a da passividade, como na maioria das vezes pode ser observada nas pré-escolas e na apologia das chamadas brincadeiras livres. Livres de quê? Livres para quê?

Coerente a pressupostos libertários e humanistas, destacamos que o preconceito não afeta somente os discriminados mas toda a humanidade, uma vez que nos desenvolvemos mediante as relações sociais desempenhadas na comunicação com outros seres humanos. O outro

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

nos forma pois apenas nos conhecemos em contato com a diferença que, no caso humano, é extremamente rica e produtiva. Não é desvio ou desigualdade, uma vez que não há norma estabelecida, sendo que quando as possibilidades de contato entre diferentes culturas são tolhidas o desenvolvimento humano não alcança toda a sua plenitude qualitativa. Por isso, o combate ao preconceito e às suas representações ideológicas nos oferece a visualização da cooperação como uma categoria relacional basilar à própria formação do gênero humano, além de nos fornecer subsídios não apenas para aceitar ou tolerar as diferenças mas, sobretudo, para valorizá-las.

**Road of exclusion: analysis of cyclic triad of prejudice through the core of games on Child Education**

**Abstract:** This paper aims to understand the component structure of the prejudice events expressed by 5 and 6-year-old children in practice of games. This study, conducted in a pre-school, guided by Vigotsky's Historical-Cultural, whose results, printed mainly in the categories of gender and race, allowed us to bypass the constitution of the cyclical prejudice in three stages, namely: a) the pejorative labeling of the difference; b) discrimination of the difference and c) crystallization of prejudice. Finally, highlighting the need for mediator teaching in the processing of transformation prejudice in social relations dialogical and cooperatives.

**Keywords:** Child education. Prejudice. Play and play-things.

**Camiños de la exclusión: el análisis cíclico de la tríada de los prejuicios a través de la base de los juegos em la educación del niños pequeño**

**Resumen:** El texto busca comprender la estructura del manifestaciones de prejuicio expresadas por los niños pequeños en la práctica de juegos. Este estudio, hecho en espacio pre-escolar, fue planteado por la Psicología de Vigotsky, e sus resultados, impresos en las categorías de género y raza, nos ha permitido comprender los prejuicios en su constitución cíclica en tres etapas: a) caracterización peyorativo de la diferencia b) la discriminación de la diferencia, y c) la cristalización de los prejuicios. Cerrando las analises, ponemos la necesidad de la mediación del profesor en la transformación de los prejuicios en relaciones sociales de diálogo y cooperación.

**Palabras clave:** Crianza del niño. Prejuicio. Juego e implementos de juego.

## REFERÊNCIAS

- DAVIDOV, Vasili. **El aporte de A. N. Leontiev al desarrollo de la psicología**. Buenos Aires: Ateneo Vigostkyano de la Argentina, 2002.
- FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário de língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.

JONES, James. **Racismo e preconceito**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

LEONTIEV, Alex Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Teoria e método em psicologia**. Tradução Cláudia Berliner. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebido em: 01.04.2009

Aprovado em: 14.07.2009

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março de 2010.